

Alerta Legislação nº 2, de 11 a 16 jan. 2021

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI COMPLEMENTAR Nº 178, DE 13 DE JANEIRO DE 2021

Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; altera a [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#)(1), a [Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016](#)(2), a [Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017](#)(3), a [Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020](#)(4), a [Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997](#)(5), a [Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010](#)(6), a [Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012](#)(7), e a [Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001](#)(8); e dá outras providências. [Mensagem de veto](#)

(1) Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

(2) Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

(3) Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

(4) Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.

(5) Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

(6) Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo Fifa 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (...)

(7) Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep - Importação e da Cofins - Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona (...)

(8) Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.

LEI Nº 14.118, DE 12 DE JANEIRO DE 2021

Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis nºs [8.036, de 11 de maio de 1990](#)(1), [8.100, de 5 de dezembro de 1990](#)(2), [8.677, de 13 de julho de 1993](#)(3), [11.124, de 16 de junho de 2005](#)(4), [11.977, de 7 de julho de 2009](#)(5), [12.024, de 27 de agosto de 2009](#)(6), [13.465, de 11 de julho de 2017](#)(7), e [6.766, de 19 de dezembro de 1979](#)(8); e revoga a [Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017](#)(9). [Mensagem de veto](#).

(1) Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências

(2) Dispõe sobre o reajuste das prestações pactuadas nos contratos de financiamento firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, vinculados ao Plano de Equivalência Salarial e dá outras providências.

(3) Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social, e dá outras providências

(4) Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

(5) Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

(6) Dá nova redação aos arts. 4º, 5º e 8º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias (...)

(7) Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União (...)

(8) Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências

(9) Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências

DECRETO Nº 10.600, DE 14 DE JANEIRO DE 2021

Regulamenta a [Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021](#), que institui o Programa Casa Verde e Amarela.

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 65.463, DE 12 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, no contexto da pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus)

Prefeitura de São Paulo

LEI Nº 17.546, DE 12 DE JANEIRO DE 2021

(PROJETO DE LEI Nº 546/19, DO VEREADOR AURÉLIO NOMURA – PSDB)

Institui o Sistema de Diagnóstico Precoce de Deficiência em recém-nascido, no âmbito do Município de São Paulo.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
15/01/2021 (ed. extra)	<u>DECRETO Nº 10.601, DE 15 DE JANEIRO DE 2021</u> Reabre, em favor do Ministério da Saúde, crédito extraordinário, no valor de R\$ 1.682.804.743,00, aberto pela Medida Provisória nº 1.004, de 24 de setembro de 2020 .
15/01/2021	<u>DECRETO Nº 10.600, DE 14 DE JANEIRO DE 2021</u> Regulamenta a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021 , que institui o Programa Casa Verde e Amarela.
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 178, DE 13 DE JANEIRO DE 2021</u> Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (1), a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016 (2), a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017 (3), a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 (4), a Lei nº 9.496,

[de 11 de setembro de 1997](#)(5), a [Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010](#)(6), a [Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012](#)(7), e a [Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001](#)(8); e dá outras providências. [Mensagem de veto](#)

(1) Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

(2) Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

(3) Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

(4) Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.

(5) Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

(6) Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo Fifa 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (...)

(7) Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep - Importação e da Cofins - Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona (...)

(8) Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.

LEI COMPLEMENTAR Nº 177, DE 12 DE JANEIRO DE 2021

Altera a [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e a [Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007](#), para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e incluir programas desenvolvidos por organizações sociais entre as instituições que podem acessar os recursos do FNDCT. [Mensagem de veto](#).

LEI Nº 14.119, DE 13 DE JANEIRO DE 2021

Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs [8.212, de 24 de julho de 1991](#), [8.629, de 25 de fevereiro de 1993](#), e [6.015, de 31 de dezembro de 1973](#), para adequá-las à nova política. [Mensagem de veto](#).

LEI Nº 14.118, DE 12 DE JANEIRO DE 2021

Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis nºs [8.036, de 11 de maio de 1990](#)(1), [8.100, de 5 de dezembro de 1990](#)(2), [8.677, de 13 de julho de 1993](#)(3), [11.124, de 16 de junho de 2005](#)(4), [11.977, de 7 de julho de 2009](#)(5), [12.024, de 27 de agosto de 2009](#)(6), [13.465, de 11 de julho de 2017](#)(7), e [6.766, de 19 de dezembro de 1979](#)(8); e revoga a [Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017](#)(9). [Mensagem de veto](#).

(1) Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências

(2) Dispõe sobre o reajuste das prestações pactuadas nos contratos de financiamento firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, vinculados ao Plano de Equivalência Salarial e dá outras providências.

(3) Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social, e dá outras providências

(4) Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

	(5) Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. (6) Dá nova redação aos arts. 4º, 5º e 8º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias (...) (7) Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União (...) (8) Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências (9) Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências <u>LEI Nº 14.117, DE 8 DE JANEIRO DE 2021</u> Suspende o pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), criado pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, durante a vigência de calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.671, de 15 de maio de 2003. Mensagem de veto.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 118, DE 11 DE JANEIRO DE 2021</u> Aprovar os procedimentos de reinspeção de produtos de origem animal comestíveis importados. ↪ Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins <u>ATO Nº 71, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020</u> O Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins no uso das suas atribuições legais resolve dar publicidade ao resumo dos registros de agrotóxicos e afins concedidos, conforme previsto no Artigo 14 do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002. <u>ATO Nº 70, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020</u> O Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins no uso das suas atribuições legais resolve dar publicidade ao resumo dos registros de agrotóxicos e afins concedidos, conforme previsto no Artigo 14 do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002.
Ministério da Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MC Nº 590, DE 13 DE JANEIRO DE 2021</u> Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID19), no âmbito do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS. <u>PORTARIA MC Nº 582, DE 8 DE JANEIRO DE 2021</u> Estabelece normas e procedimentos administrativos para a comprovação da prestação de serviços de acolhimento residencial transitório, prestados pelas Comunidades Terapêuticas (CTs)

	contratadas no âmbito do Ministério da Cidadania (MC), por meio da Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED). SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL ↳ Secretaria Nacional de Renda de Cidadania <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2/SEDS/SENARC/MC, DE 8 DE JANEIRO DE 2021</u> Aprova o calendário anual de pagamentos dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família para o exercício de 2021.
Ministério da Economia	CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR ↳ Comitê-executivo de Gestão <u>RESOLUÇÃO GECEX Nº 147, DE 15 DE JANEIRO DE 2021</u> Decide pela suspensão, até 30 de junho de 2021, por interesse público, dos direitos <i>antidumping</i> aplicados às importações brasileiras de tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo, originários da Alemanha, China, Estados Unidos e Reino Unido, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19. <u>RESOLUÇÃO GECEX Nº 146, DE 15 DE JANEIRO DE 2021</u> Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid19. SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO <u>PORTARIA SEPRT/ME Nº 477, DE 12 DE JANEIRO DE 2021</u> Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS. (Processo nº 10132.112045/2020-36) SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL ↳ Secretaria de Governo Digital <u>RESOLUÇÃO CCGD/ME Nº 5, DE 12 DE JANEIRO DE 2021</u> Institui o Cadastro Base de Endereço, nos termos do disposto no art. 21, inciso XI, do Decreto nº 10.046, de 2019.
Ministério da Educação	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 7, DE 8 DE JANEIRO DE 2021</u> Consolidação das normas de gestão de recursos logísticos, patrimoniais e de serviços da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. <u>PORTARIA Nº 10, DE 8 DE JANEIRO DE 2021</u> Estabelece parâmetros e fixa diretrizes gerais para implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, no âmbito da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica.

Ministério do Meio Ambiente	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MMA Nº 20, DE 14 DE JANEIRO DE 2021</u> Aprova o Regulamento de Aplicação de Recursos do Acordo Substitutivo de Multa Ambiental nº 1/2020 na Agenda Nacional de Qualidade Ambiental. <u>PORTARIA Nº 9, DE 11 DE JANEIRO DE 2021</u> Dispõe sobre a entrada e regresso de municípios na lista de municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento no Bioma Amazônia e sobre a entrada na lista de municípios com desmatamento monitorado e sob controle. COMISSÃO EXECUTIVA PARA CONTROLE DO DESMATAMENTO ILEGAL E RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA <u>RESOLUÇÃO CONAVEG Nº 5, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020</u> Aprova Plano Operativo para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>PORTARIA Nº 78, DE 11 DE JANEIRO DE 2021</u> Estabelece a classificação de risco de atividades econômicas associadas aos atos de liberação sob responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e dá outras providências.
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 49, DE 12 DE JANEIRO DE 2021</u> Atualiza, para o ano de 2021, os valores dos repasses de recursos financeiros federais referente ao Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PFVisa), do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde para os Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à execução das ações de vigilância sanitária, em função do ajuste populacional de que trata o Art. 463, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 6 de setembro de 2017. SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE <u>PORTARIA Nº 1.127, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020 (*)</u> Inclui o procedimento de Ureterolitotripsia Transureteroscópica na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS). <i>(*) Republicada por ter saído no Diário Oficial da União no 249, de 30 de dezembro de 2020, Seção 1, páginas 136, com incorreções no original.</i> <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 5 DE JANEIRO DE 2021</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Imunossupressão no Transplante Cardíaco. <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Imunossupressão em Transplante Renal.

Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
15/01/2021	<u>DECRETO Nº 65.473, DE 14 DE JANEIRO DE 2021</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 65.472, DE 14 DE JANEIRO DE 2021</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 65.471, DE 14 DE JANEIRO DE 2021</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 65.470, DE 14 DE JANEIRO DE 2021</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 65.469, DE 14 DE JANEIRO DE 2021</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS
14/01/2021	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR VETO TOTAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 38, DE 2020</u> (...) De origem parlamentar, a proposição busca tornar obrigatório o fornecimento de arroz e feijão, ao menos uma vez ao dia, durante todos os dias letivos, na alimentação escolar da rede pública de ensino do Estado (artigo 1º). Além disso, o projeto prevê que o Poder Executivo deverá implementar programas de conscientização acerca da importância do consumo de arroz e feijão diariamente, por suas propriedades nutritivas e prevenção de doenças (artigo 2º). (...) DOE, Seção I, 14/01/2021, p. 3 VETO TOTAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 1032, DE 2019</u> (...) De autoria parlamentar, a proposta institui, no território do Estado de São Paulo, normas gerais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), compreendendo medidas

	jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes. (...) DOE, Seção I, 14/01/2021, p. 3 <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 931, DE 2019</u> (...) De iniciativa parlamentar, a medida objetiva vedar a cobrança da tarifa de esgoto pelas companhias de saneamento básico do Estado, sem que haja a devida comprovação da efetiva prestação completa de captação e tratamento de esgoto. (...) DOE, Seção I, 14/01/2021, p. 1 <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 196, DE 2018</u> (...) De iniciativa parlamentar, o projeto determina a obrigatoriedade de identificação e instalação de iluminação nas passarelas, faixas de pedestres e lombotravessias localizadas - ou que venham a ser instaladas - em rodovias, estradas e vicinais, administradas pelo poder público diretamente ou mediante concessão (artigos 1º e 3º, parágrafo único), e prevê que deverão ser respeitadas as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência e idosos (artigo 2º). DOE, Seção I, 14/01/2021, p. 1 <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1198, DE 2015</u> (...) De iniciativa parlamentar, a medida objetiva alterar a Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências correlatas. (...) DOE, Seção I, 14/01/2021, p. 1
13/01/2021	<u>DECRETO Nº 65.463, DE 12 DE JANEIRO DE 2021</u> Dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, no contexto da pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus)
12/01/2021	<u>LEI Nº 17.311, DE 11 DE JANEIRO 2021</u> (Projeto de lei nº 864, de 2019, da Deputada Mônica da Bancada Ativista - PSOL) "Institui no Calendário Oficial do Estado de São Paulo o mês "Agosto Indígena".
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL

Cultura e Economia Criativa (SEC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC-2, DE 12-1-2021</u> Altera a Resolução SC – 26, de 15-09-2020, que dispõe sobre o processo de seleção dos indicados para outorga do “Prêmio Governo do Estado de São Paulo para as Artes 2020”, relativo à produção artística e cultural de 2019/2020, e a fixação dos valores e da modalidade de premiação
Desenvolvimento Econômico (SDE)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) – Gabinete do Diretor-Superintendente (GDS) <u>PORTARIA DA DIRETORA SUPERINTENDENTE, DE 15-1-2021</u> Altera e acrescenta o inciso V ao artigo 19 da Portaria Ceeteps-GDS - 2918, de 23 de novembro 2020, que Estabelece as normas operacionais do Processo Seletivo-Vestibulinho, do 1º Semestre de 2021, para ingresso na 1ª série do Ensino Médio, em todos os seus formatos, no 1º módulo dos Cursos do Ensino Técnico (presencial, semipresencial e <i>on-line</i>) e para os Cursos de Especialização técnica de nível médio das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza-Ceeteps.
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO, DE 14-1-2021</u> (...) Fixa normas para a instituição e uso do Sistema de Informação e Monitoramento da Educação para Covid-19 - SIMED, nos termos do <u>Decreto 65.384, de 17-12-2020</u> (...) <u>RESOLUÇÃO SEDUC-9, DE 14-1-2021</u> Define a relação de unidades escolares, participantes da Orientação de Convivência e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC-8, DE 12-1-2021</u> Altera a Anexo I - Cronograma de Atendimento à Demanda do Ensino Fundamental e Médio da Resolução Seduc-69, de 5-10-2010, com a redação da Resolução Seduc-74, de 16-10-2020, que estabelecem critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar - Ano 2021 <u>RESOLUÇÃO SEDUC-7, DE 11-1-2021</u> Instituir o Projeto de Apoio a Tecnologia e Inovação nas unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC-6, DE 11-1-2021</u> Dispõe sobre o módulo de Diretor de Escola e de Vice-Diretor de Escola das unidades escolares da rede estadual de ensino, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC-5, DE 11-1-2021</u> Altera a Resolução SE 10 de 22-1-2020, que dispõe sobre a gestão de pessoas dos integrantes do Quadro do Magistério nas escolas estaduais do Programa Ensino Integral - PEI, que ofertamos anos

	finais do ensino fundamental e/ou ensino médio e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC-4, DE 11-1-2021</u> Institui o Projeto de Assistência ao Currículo (PAC) e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC-3, DE 11-1-2021</u> Dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador e dá providências correlatas
Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP-2, DE 6-1-2021</u> Altera a Resolução SFP 29/20, de 7 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas, de caráter temporário e emergencial, no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo - Nota Fiscal Paulista, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19)
Governo (SG)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP-1.111, DE 13-1-2021</u> Dispõe sobre a atualização das Tabelas Tarifárias a serem aplicadas e sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) a serem aplicadas no mercado livre pela concessionária de distribuição de gás canalizado Companhia de Gás de São Paulo – Comgás e revoga a Deliberação Arsesp 1.065, de 26-11-2020
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SIMA-4, DE 11-1-2021</u> Altera os anexos da Resolução Sima-117, de 4-12-2013, que estabelece os preços públicos a serem pagos em razão da utilização de áreas e espaços dos parques urbanos, administrados pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, para a realização de eventos
Justiça e Cidadania (SJC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) → Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas <u>COMUNICADO</u> Política Editorial (...)
Projetos, Orçamento e Gestão (SPOG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>COMUNICADO DPME 006, DE 15-01-2021</u> A Diretora Técnica de Saúde III, do Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, comunica que: Em cumprimento ao § 1º, do artigo 1º, da Instrução UCRH 04, de 17-02-2017, publicada no Diário Oficial de 18-02-2017, informamos que deverão ser encaminhados ao D.P.M.E. no período de 1º a 31-08-2021 os processos de Adicional de

	Insalubridade dos servidores abaixo relacionados e à vista do disposto no artigo 83, do Decreto 29.180, de 11-11-1988. (...) <u>RESOLUÇÃO SPOG-1, DE 12-1-2021</u> Dispõe sobre a elaboração de informações sobre o Plano Plurianual (2020-2023) para Prestação de Contas referente ao exercício de 2020 INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL (IAMSPE) <u>PORTARIA IAMSPE-2, DE 15-1-2021</u> (...) Artigo 1º - Homologar as alterações do Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Pública Estadual (CEP – Iamspe), conforme consolidação, integrante desta Portaria. (...) SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>COMUNICADO DRS-1, DE 15-1-2021</u> Disciplina a recepção virtual dos pedidos de habilitação de pensão e de liberação de pagamento civil e militar e de outros expedientes e fluxos que vierem a ser disciplinados posteriormente para o atendimento virtual de expedientes <u>PORTARIA SPPREV-29, DE 13-1-2021</u> (...) Artigo 1º - A contribuição social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Estado de São Paulo, inclusive os de suas Autarquias e Fundações, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, das Universidades, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública, para a manutenção do Regime Próprio de Previdência Social, fica estabelecida conforme Anexo I desta Portaria. (...)
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) Comunicado <u>NOTA TÉCNICA DO CENTRO DE CONTIGÊNCIA DO CORONAVÍRUS, DE 14-01-2021</u> Em observância ao disposto no Decreto 64.994, de 28-05-2020, que dispõe sobre a medida de quarentena e institui o Plano São Paulo, este Centro de Contingência, com a finalidade de orientar, com transparência e segurança, a decisão atinente ao atendimento presencial ao público de serviços e atividades essenciais nos Municípios paulistas (conforme artigo 7º do Decreto 64.994/2020), informa a taxa de ocupação de leitos UTI Covid por município, aferida até o dia 14/01 . Recomenda-se especial atenção aos Municípios cuja taxa se apresenta igual ou superior a 80%. Anexo (a que se refere a Nota Técnica de 14-01-2021, do Centro de Contingência do Coronavírus) Taxa de ocupação média UTI por município do Estado de São Paulo (08/01 a 14/01) (...)

	<u>RESOLUÇÃO SS - 7, DE 15-1 -2021</u> Altera o Anexo I Da Resolução SS-73, de 31-05-2020, Que Dispõe Sobre a "Classificação das Áreas de Abrangência dos Departamentos Regionais de Saúde do Estado e Respectivas Fases", frente à pandemia Covid 19 e dá Providências Correlatas
Transportes Metropolitanos (STM)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM-1, DE 14-1-2021</u> Adequação Tarifária - Sistema Metroferroviário
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
14/01/2021	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 02/2021</u> I ENCONTRO COM PREFEITOS, PRESIDENTES DE CÂMARAS, VEREADORES E AGENTES PÚBLICOS O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA que promoverá no dia 18.01.2021, das 10h00 às 13h00, o I Encontro Virtual com Prefeitos, Presidentes de Câmaras, Vereadores e demais agentes públicos, abordando temas relevantes para o início da gestão municipal, concernentes a Planejamento, Gestão Fiscal, Prestação de Contas, Compras Públicas, Terceiro Setor, Controles Interno e Externo. O evento ocorrerá de modo virtual, com transmissão ao vivo, por meio da TVTCE (http://streaming.tce.sp.gov.br/sessao/) e de seu canal oficial no YouTube (http://bit.ly/2IUzkRM). Na ocasião será divulgado o Manual de Gestão Financeira de Prefeituras e Câmaras Municipais atualizado. SDG, em 13 de janeiro de 2021. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 14/01/2021, p. 6
13/01/2021	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) <u>COMUNICADO SDG Nº 63/2020</u> (I ENCONTRO COM PREFEITOS E PRESIDENTES DE CÂMARAS ELEITOS PARA O MANDATO DE 2021/2024) O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo COMUNICA que promoverá no dia 18.01.2021, das 10h00 às 13h00, o I Encontro Virtual com os (as) Prefeitos(as) eleitos(as) e Presidentes de Câmaras para o mandato 2021/2024, abordando temas relevantes para o início da gestão municipal, concernentes a Planejamento, Gestão Fiscal, Prestação de Contas, Compras Públicas, Terceiro Setor, Controles Interno e Externo. O evento ocorrerá de modo virtual, com transmissão ao vivo pela internet por meio da TVTCE e de seu canal oficial no YouTube. SDG, 15 de dezembro de 2020. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

	DOE, Legislativo, 13/01/2021, p. 6
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
13/01/2021	<u>LEI Nº 17.549, DE 12 DE JANEIRO DE 2021</u> (PROJETO DE LEI Nº 605/17, DO VEREADOR CAMILO CRISTÓFARO – PSB) Dispõe sobre a obrigatoriedade de dar publicidade sobre a localização dos Ecopontos instalados no Município e dá outras providências. <u>LEI Nº 17.547, DE 12 DE JANEIRO DE 2021</u> (PROJETO DE LEI Nº 769/19, DOS VEREADORES GILBERTO NATALINI – SEM PARTIDO E DANIEL ANNENBERG – PSDB) Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa de Apoio às Pessoas com Doença de Alzheimer e outras Demências e aos seus familiares e dá outras providências. <u>LEI Nº 17.546, DE 12 DE JANEIRO DE 2021</u> (PROJETO DE LEI Nº 546/19, DO VEREADOR AURÉLIO NOMURA – PSDB) Institui o Sistema de Diagnóstico Precoce de Deficiência em recém-nascido, no âmbito do Município de São Paulo. <u>LEI Nº 17.545, DE 12 DE JANEIRO DE 2021</u> (PROJETO DE LEI Nº 317/19, DA VEREADORA SONINHA FRANCINE – CIDADANIA) Torna obrigatória a exposição de informações sobre os serviços prestados pelas Organizações da Sociedade Civil da área de Assistência Social.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-d89d57b7f41d>